

ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA DE TRANSAÇÃO - LEI N° 13.988/2020

REQUERIMENTO - PESSOA NATURAL

| | |
|-------------------------------|--|
| Nome completo: | |
| CPF: | |
| Nacionalidade: | |
| Estado civil: | |
| Cônjuge: | |
| CPF do cônjuge: | |
| Profissão: | |
| Identidade: | |
| Endereço completo: | |
| Endereço eletrônico (e-mail): | |
| Telefone: | |

a) O devedor acima qualificado, nos termos do estabelecido na Lei n° 13.988, de 14 de abril de 2020, e na Portaria AGU n° 249, de 8 de julho de 2020, vem, por meio do presente requerimento, reconhecer os débitos abaixo relacionados e solicitar a transação dos valores nos termos do art. 23 da Portaria AGU n° 249, de 2020, no prazo de _____ meses.

b) Relação de todos os créditos que serão objeto da transação proposta:

| # | AUTARQUIA OU FUNDAÇÃO PÚBLICA CREDORA | OU | Nº DO PROCESSO JUDICIAL OU ADMINISTRATIVO DE COBRANÇA | Nº DA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA | EXISTE BEM, DIREITO OU VALOR QUE GARANTA A PRESENTE DÍVIDA* | VALOR ORIGINAL DA DÍVIDA |
|---|---------------------------------------|----|---|--------------------------------|---|--------------------------|
| 1 | | | | | | |
| 2 | | | | | | |
| 3 | | | | | | |
| 4 | | | | | | |
| 5 | | | | | | |

* Informar a existência de bem, valor, direito ou qualquer espécie de garantia que esteja penhorada ou que garanta o crédito objeto do pedido de transação, informando a sua natureza (penhora em dinheiro, depósito integral, depósito parcial, imóvel, veículos, seguro garantia, etc...)

c) Relação de todas as ações judiciais que questionem, discutam ou se relacionem de qualquer forma com os créditos que serão objeto de transação listados no item "b":

| # | Nº PROCESSO JUDICIAL OU ADMINISTRATIVO | CRÉDITO COM O QUAL SE RELACIONA | ESPÉCIE DE AÇÃO* | EXISTE BEM, DIREITO OU VALOR DEPOSITADO NO PRESENTE PROCESSO | VALOR ORIGINAL DA DÍVIDA |
|---|--|---------------------------------|------------------|--|--------------------------|
| 1 | | | | | |
| 2 | | | | | |
| 3 | | | | | |
| 4 | | | | | |
| 5 | | | | | |

* Embargos à execução fiscal, ação anulatória, ação ordinária, etc...

| |
|--|
| (Exposição resumida dos motivos que levaram a necessidade de apresentação da proposta) |
|--|

d) O devedor está ciente de que a apresentação da presente proposta não gera direito ao seu acatamento, dependendo da análise a ser realizada pela Procuradoria-Geral Federal, nos termos da legislação de regência, bem como depende dos ajustes nos sistemas de cobrança para que possa ser efetivada, nos termos do art. 1º, § 3º da Portaria AGU nº 249, de 2020.

e) O devedor autoriza que as comunicações relativas à presente proposta sejam remetidas para o endereço eletrônico acima fornecido, estando ciente de que é de sua inteira responsabilidade acompanhar as eventuais solicitações e decisões que serão enviadas por aquele meio eletrônico.

f) O devedor declara expressamente, para os fins do art. 15, V, da Portaria AGU nº 249, de 2020, e do art. 12, inciso V, da Portaria PGF nº 333, de 9 de julho de 2020, que, durante o cumprimento da transação que vier a ser celebrada a partir desta proposta, não alienará quaisquer bens, direitos ou ativos sem proceder à prévia comunicação ao órgão da Procuradoria-Geral Federal responsável pela transação.

g) O devedor renuncia expressamente, para os fins do art. 15, § 1º, da Portaria AGU nº 249, de 2020, aos seus sigilos fiscal e bancário, a fim de que a Procuradoria-Geral Federal possa averiguar a veracidade das informações prestadas nesta proposta de transação.

h) O devedor expõe abaixo as causas concretas da situação econômico-financeira e patrimonial que o levam a apresentar a proposta de transação:

(Exposição resumida dos motivos que levaram a necessidade de apresentação da proposta)

i) O devedor declara, sob as penas da lei, que são verdadeiras e completas todas as informações prestadas neste documento e naqueles que seguem anexos.

(Cidade e data)

(Nome completo e Assinatura do Devedor)